

January 2020

Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes

Joseli Maria Silva
Universidade Estadual de Ponta Grossa, joseli.genero@gmail.com

Marcio Jose Ornat
Universidade Estadual de Ponta Grossa, geogenero@gmail.com

Follow this and additional works at: <https://digitalcommons.lsu.edu/jlag>



Part of the [Anthropology Commons](#), [Critical and Cultural Studies Commons](#), [Economics Commons](#), [Geography Commons](#), [Latin American History Commons](#), [Latin American Languages and Societies Commons](#), [Latin American Studies Commons](#), [Political Science Commons](#), [Public Affairs, Public Policy and Public Administration Commons](#), [Race, Ethnicity and Post-Colonial Studies Commons](#), and the [Urban Studies and Planning Commons](#)

Recommended Citation

Silva, Joseli Maria and Ornat, Marcio Jose (2020) "Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes," *Journal of Latin American Geography* 19(1): 163-171.
DOI: 10.1353/lag.2020.0019
Available at: <https://muse.jhu.edu/article/744044>

Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes

Introdução

O texto analisa o crescimento dos estudos de gênero na América Latina, mesmo frente as resistências do campo científico e do avanço das políticas conservadoras no continente, além de traçar os desafios das pesquisas feministas em espaços colonizados. Para desenvolver o argumento a que nos propomos, tomamos por base as pesquisas já realizadas por pesquisadoras(es) feministas envolvendo os contextos do Brasil, México e Argentina como Veleda da Silva e Lan (2007), Silva e Vieira (2014), Silva, César e Pinto (2015), Colombara (2016), Lan (2016), Veleda da Silva (2016), Ibarra-García e Escamilla-Herrera (2016), Zaragocin-Carvajal, Moreano-Venegas e Álvarez-Velasco (2018) e Silva e Ornat (2019). O texto explora ainda os desafios que as geografias feministas latino-americanas enfrentam para constituir bases próprias em um mundo globalizado em que a geopolítica do conhecimento mundial da geografia está estruturada cada vez mais na centralização epistemológica do norte anglófono.

A América-latina feminista e o crescimento dos estudos de gênero na ciência geográfica

É impossível reduzir a pluralidade dos movimentos feministas da América Latina em uma única narrativa de desenvolvimento. Há uma diversidade de elementos relacionados que constituem as especificidades espaço temporais de cada país desse imenso e variado continente. Contudo, Blay e Avelar (2019) consideram que as lutas políticas contra as ditaduras militares é um elemento comum entre vários países da região e que o envolvimento das mulheres nessa experiência é um importante ingrediente do movimento feminista latino-americano. A vivência feminina durante os períodos ditatoriais tornou mais claro os privilégios masculinos, mesmo dentro de partidos de esquerda e a necessidade de constituir organizações específicas que tratassem das relações de gênero e poder. A organização feminina foi marcante nos processos de democratização dos países latino-americanos, notadamente nos finais dos anos 70 e oitenta, trazendo para arena pública a reivindicação dos direitos sexuais, civis, políticos, econômicos e jurídicos.

Apesar da longa história e pluralidade dos movimentos feministas, a visibilidade das manifestações de reivindicações femininas tem sido facilitada pela popularização do acesso à internet e mídias sociais. Multidões têm tomado o espaço público sem precedentes, reunindo mulheres de distintas classes, religião, cores, orientação sexual, condição marital e assim por diante. Nesses recentes episódios feministas há uma nova geração de mulheres, mas também de jovens

homens que incorporaram a pauta de gênero e têm pensado na construção de estruturas de privilégio masculinas.

As chamadas ‘ondas feministas’ que vem ocupando os espaços públicos desde 2016, como as marchas contra o feminicídio (*#NiUnaMenos*) e a campanha para a legalização do aborto (*#NiñasNoMadres*) na Argentina, as manifestações contra assédio sexual nas universidades no Chile que paralisou 35 instituições educacionais no país e a marcha de mulheres brasileiras contra o candidato de extrema direita Jair Bolsonaro (*#EleNão*) evidenciam a quebra do silenciamento das reivindicações das mulheres. Os espaços públicos tomados por corpos femininos e ao mesmo tempo a utilização dos corpos femininos como espaços de luta têm constituído paisagens urbanas com as quais a ciência geográfica latino-americana passou a ter que negociar, notadamente com as gerações mais jovens.

O tradicional desprezo pela produção das geografias feministas produzidas há mais de quarenta anos e o silenciamento em torno dos privilégios de gênero nas abordagens espaciais por parte das correntes hegemônicas da geografia latino-americana acabou sendo impossível de ser mantido frente a explícita e material geografia das mulheres nesses últimos anos. O campo científico da geografia na América Latina foi paulatinamente sendo permeado pelas pesquisas de gênero e sexualidades, evidenciando crescimento acentuado em países como Brasil, Argentina e México, bem como o surgimento de jovens pesquisadores(as) no Equador, Colômbia e Chile. Veleda da Silva e Lan (2007) apontavam esta tendência, mas certamente o avanço foi muito maior do que previsto, conforme afirmado por Lan (2019).

O Brasil é o país latino-americano mais expressivo em quantidade de estudos de gênero e sexualidades, dado o tamanho de sua população e a quantidade de programas de Pós-graduação. Silva e Ornat (2019) afirmam que o crescimento do campo no país foi bastante influenciado por políticas afirmativas durante os governos do Partido dos Trabalhadores. Além disso, Silva, César e Pinto, 2015 alegam que foi a contestação da unicidade da geografia realizada por pesquisadores(as) que passaram a denominar a si mesmos como feministas, que possibilitou um caminho epistemológico e metodológico próprio e desenvolveu ações efetivas em torno desta identidade, como a criação da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero em 2009 e uma reunião de encontros regulares chamada Seminário Latino-americano de Geografia, Gênero e Sexualidades, sendo que a primeira edição ocorreu em 2011 no Rio de Janeiro, a segunda em 2014 em Porto Velho, a terceira em 2017 na Cidade do México e em 2019 em Taldil na Argentina.

A descrição realizada por Silva e Ornat (2019) sobre a expansão das geografias feministas no Brasil evidencia uma forte inflexão no ritmo que vinha sendo realizado antes dos anos 2000. Os autores argumentam que 97% do total de 238 artigos produzidos na área foram publicados após os anos 2000. Contudo, já nos anos 80 há artigos envolvendo geografia e mulheres, como os trabalhos

de Silva (1984) e Dantas (1987), cujas temáticas estavam voltadas para a análise do trabalho feminino na produção rural. Nos anos 90 a abordagem sobre a mulher e o trabalho se mantém, como é o caso da pesquisa de Rossini (1998), mas há também uma iniciativa em abrir um debate epistemológico, como visto em Veleda da Silva (1998). Na primeira década dos anos 2000 foram publicados 59 artigos e entre 2010 a 2015 já haviam 172 publicações em periódicos científicos da área.

A análise da expansão das geografias das sexualidades no Brasil realizada por Silva e Vieira (2014) segue uma tendência, embora em volume inferior. Os primeiros 4 artigos surgiram nos anos 90, sendo todos eles de autoria de Miguel Ângelo Ribeiro enfocando as áreas de prostituição no Rio de Janeiro e sua relação com o turismo. Entre 2000 e 2009 foram publicados 6 artigos, destacando-se a intensidade da abordagem em torno de travestis, preconceito e apropriação de territórios. Entre 2010 e 2015 houve 66 artigos publicados. 94,7% da produção científica geográfica sobre sexualidades foi publicada após os anos 2000.

As análises de expansão do campo das geografias feministas e de gênero na Argentina, realizadas por Colombara (2016) e Lan (2016) apontam para uma produção científica recente, igualmente verificada no Brasil. Ambas autoras apresentam uma ausência de estudos e publicações científicas que abordem as sexualidades na geografia do país. Lan (2016) argumenta que a produção relativa às mulheres e gênero está dispersa por diversos eventos acadêmicos da geografia da Argentina e embora não haja eventos específicos de gênero, a temática tem aumentado sua inserção acadêmica. Da mesma forma ambas as autoras indicam que há uma dispersão da publicação de artigos por diferentes revistas científicas que apresentam uma diversidade temática das relações entre gênero e espaço, envolvendo geralmente as mulheres em dinâmicas de violência, mobilidade, laboral, política e educacional. Ambas as autoras evidenciam em suas análises uma perspectiva otimista de crescimento da área, mas alertam que há necessidade de aprofundamento teórico que seja próprio das geografias feministas a fim de sustentar o futuro da abordagem frente a uma academia hostil aos estudos de gênero.

O estudo do desenvolvimento das perspectivas de gênero, feministas e sexualidades no México, realizado por Ibarra-García e Escamilla-Herrera (2016) apresenta, assim como nos demais países, a segunda década do século XXI como a mais expressiva do crescimento dessa produção científica. Com ênfase na produção de teses e dissertações produzidas recentemente, as autoras apresentam uma importante diversidade temática das pesquisas desenvolvidas no México. Segundo elas, as abordagens de maior destaque versam sobre a violência contra as mulheres, movimentos sociais, e desastres ambientais. De forma incipiente têm sido desenvolvidos estudos envolvendo as sexualidades gays e observa-se a emergência da análise do corpo como escala espacial. No México, desde 2015, tem ocorrido de forma regular a organização de reuniões científicas específicas da área

chamadas de ‘Congreso Internacional sobre Género y Espacio’, o que tem estimulado a visibilidade do campo na geografia mexicana.

Zaragocin-Carvajal, Moreano-Venegas e Álvarez-Velasco (2018) evidenciam um movimento importante de trabalhos feministas que analisam as lutas de povos originários na defesa de seus territórios na Colômbia, Equador, Perú, Chile, Bolívia e Guatemala. Estes trabalhos têm enriquecido a discussão conceitual da geografia e argumentado a inseparabilidade do corpo-terra-território quando se trata de analisar modos de vidas que não podem ser compreendidos pela lógica eurocentrada.

A produção científica feminista na geografia latino-americana é realizada de forma ainda marginal quando se observa a geopolítica das redes de prestígio científico das universidades e veículos de publicação científica no Brasil, Argentina e México. Apesar de sua potência analítica, as geografias feministas ainda são mantidas invisibilizadas no campo disciplinar da geografia latino-americana.

Os desafios das geografias feministas produzida a partir dos espaços colonizados

Agregar gênero, masculinidades ou feminilidades em determinadas análises espaciais não faz com que determinadas pesquisas sejam consideradas feministas. Uma geografia feminista não possui este status a priori, mas se constitui como feminista no processo de fazer científico, comprometido com a transformação da ordem social e a promoção da justiça de gênero. Ackerly e True (2010) discutem a prática científica feminista a partir da reflexão de quatro princípios interdependentes entre si a serem considerados constantemente: a força da tradição epistemológica do campo que molda nosso modo de olhar o mundo, as fronteiras e limites estabelecidos pela comunidade científica do que é próprio ou não da geografia, o poder que envolve as relações da prática científica e a localização do(a) pesquisador(a) em suas múltiplas dimensões nas interações envolvidas do processo investigativo.

O fazer científico capaz de construir visibilidades de sujeitos produzidos como invisibilizados na geografia só é possível quando compreendemos que a invisibilidade não é casual, mas produzida pelo poder da tradição dos aspectos teóricos e metodológicos que delimitam uma determinada visão de mundo e até mesmo as perguntas que somos capazes de formular sobre uma dada realidade espacial. Se concordamos que é o confronto de imaginações geográficas em diferentes posições de poder que criam o jogo da visibilidade / invisibilidade de sujeitos na geografia, é possível questionar as regras estabelecidas por determinadas comunidades geográficas que legitimam algumas geograficidades e não outras. (Silva, 2009; Silva, Ornat e Chimin Junior, 2017)

Considerar o princípio das relações de poder e das dimensões da posição do(a) pesquisador(a) na pesquisa feminista produzida em países colonizados implica uma série de práticas reflexivas sobre a interiorização do olhar do império em nós mesmos e na prática da pesquisa. A geografia feminista produzida na América Latina tem o desafio de contestar as bases eurocentradas de formação do(a) pesquisador(a) e dos padrões colonizadores que estruturam a hierarquia de saberes entre grupos humanos, como propõe Walsh (2015).

Seguir os princípios feministas considerando a posicionalidade do fazer geográfico a partir de países colonizados significa pensar que a força da tradição epistemológica que delimita a base conceitual a partir do masculino, também opera a partir da branquitude. Considerar que as fronteiras e limites estabelecidos pelo campo científico, acionados para invisibilizar as mulheres, também trabalham para obscurecer as geografias de pessoas não brancas. As relações de poder e as múltiplas dimensões envolvidas na posição de um(a) pesquisador(a) latino-americano(a) questiona constantemente, como propõe Quijano (2000), a colonialidade perpetuada no próprio ser e nas práticas metodológicas e escolhas teóricas.

Enfim, nosso argumento é que uma geografia feminista latinoamericana se compromete com a desconstrução das bases colonizadoras da disciplina que, apesar de sermos latino-americanos, também operamos a colonialidade do saber. Assim, as geografias feministas que há tempos assumiu a necessidade da análise interseccional entre gênero, classe, raça e outros elementos de opressão, ainda tem a tarefa de se assumir definitivamente como antirracista.

Se aceitamos a ideia de que a raça é uma criação social que opera politicamente para sustentar hierarquias do mundo ocidental, como propõe Quijano (2000), é preciso também compreender a forma como o racismo se efetiva em espaços colonizados como é o caso da América Latina. Os traços históricos da subjugação colonial das populações originárias que marcam a constituição espacial dos países latino-americanos organiza racismos próprios por meio de um instrumental colonizador que divide, opõe e hierarquiza grupos que compartilham os mesmos territórios e Estados nacionais.

Se como geógrafos(as) feministas consideramos que todo conhecimento é situado, como propõe Rose (1997), não basta constatar as relações de poder que operam na constituição do campo científico pela flexibilidade, mas constituir práticas científicas e pedagógicas antirracistas. Esse não é um processo simples de ser desenvolvido, não é um caminho linear, mas uma perspectiva a ser buscada com a consciência das nossas limitações humanas como operadores de campos científicos. Walsh (2015) discute tais dificuldades, dizendo que nós precisamos atuar a partir das fissuras do poder das epistemologias interiorizadas em todas nós no processo de formação universitária, e por isso a descolonização do poder e do ser é tão difícil, porque vai contra nossas próprias construções.

O feminismo de bases eurocentradas tem sido desafiado pelo pensamento decolonial como em Espinosa-Miñoso (2014), Lugones (2008) e Segato (2014) que trazem para o debate a organização de mulheres em comunidades cuja compreensão de mundo é incompreensível a partir do pensamento ocidental moderno. Além disso, Paredes-Carvajal (2017) tem indicado a limitação do feminismo acadêmico em compreender a realidade espacial de comunidades de povos originários, desenvolvendo como alternativa o ‘feminismo comunitário’. A boliviana tem levantado os limites da ciência na produção de saberes que foram negados pelo campo e aponta a fragilidade da confiança do mundo acadêmico em metodologias ali produzidas e validadas, incorporando a ideia da geopolítica do conhecimento (Mignolo, 2000, 2003; Kulpa e Silva, 2016).

Na visão de Curiel (2009) a decolonização do feminismo latino-americano está na capacidade de ultrapassar o binarismo entre teoria e ativismo que está no centro das relações do saber poder da produção de conhecimento e de apropriação das riquezas. Usualmente, teoria e ativismo são considerados como distintos e hierarquicamente valorizados. A teoria é concebida como um conhecimento puro e neutro e o ativismo como um saber contaminado pelas subjetividades e emoções. Esta forma de concepção de hierarquização de saberes é apontado por Curiel (2009) como uma contradição da própria concepção do pensamento feminista que critica as dualidades na teoria mas, na prática acaba por reforçar a visão dualista que é essencialmente sustentada pela visão epistemológica moderna e masculina. Outro importante alerta para decolonizar a produção científica feminista latino-americana é a consideração da multiplicidade de lutas das mulheres latino-americanas que não corresponde exatamente aos modelos feministas imaginados pela academia.

Considerações Finais

A análise realizada nesse texto evidencia que as geografias feministas têm conquistado espaços de enunciação porque reconhecem a importância de um fazer científico que também é político e promovem disputas tanto sociais como na dinâmica da organização geopolítica do campo científico geográfico. Apesar dos avanços obtidos há que se considerar o crescimento dos partidos políticos de extrema direita e dos grupos fundamentalistas religiosos que tendem a sufocar as perspectivas de futuras conquistas. Mas é justamente o avanço neoliberal e conservador que exige das geografias feministas latino-americanas a incorporação das ideias decoloniais, constituindo saberes de libertação e solidariedade humana.

Referências

Ackerly, B. & True, J. (2010). *Doing feminist research in political & social science*. New York: Palgrave Macmillan.

Blay, E. A. & Avelar, L. (2019). *50 Anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile. A construção das mulheres como atores políticos e democráticos*. São Paulo: EDUSP.

Colombara, M. (2016). *Geografía con perspectiva de género: estado de arte em América Latina*. Retrieved from <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal16/Teoriaymetodo/Geografiahistoricaehistoriadelageografia/11.pdf>

Curiel, O. (2009). Decolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. Retrieved from http://www.feministas.org/IMG/pdf/Ochy_Curiel.pdf

Espinosa-Miñoso, Y. (2014). Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El Cotidiano*, 184, 7-12.

Dantas, B.G. (1987). A mão e o torno: a divisão sexual do trabalho entre os produtores de cerâmica. *Geonordeste*, 4(1), 17-29.

Ibarra García, M.V. & Escamilla-Herrera, I. (2016). La geografía feminista, de género y de la sexualidad en México, un saber en crecimiento. In M.V. Ibarra García & I. Escamilla-Herrera (Eds.), *Geografías feministas de diversas latitudes Orígenes, desarrollo y temáticas contemporáneas* (pp. 209-238). México: UNAM.

Kulpa, R. & Silva, J.M. (2016). Decolonizing queer epistemologies: section introduction. In G. Brown & K. Browne (Eds.). *Companion to geographies of sex and sexualities* (pp. 139-142). London: Routledge.

Lan, D. (2016). Los estudios de género en la geografía argentina. In M.V. Ibarra García & I. Escamilla-Herrera (Eds.), *Geografías feministas de diversas latitudes Orígenes, desarrollo y temáticas contemporáneas* (pp. 55-70). México: UNAM.

Lugones, M. (2008). Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In W. Mignolo (Ed.), *Género y descolonialidad* (pp. -13-42). Buenos Aires: Ediciones del Signo.

Mignolo, W. (2000). *Local histories/global designs: Coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Mignolo, W. (2003). Os esplendores e as misérias da 'ciência': colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In B. S. Santos (Ed.), *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revistado* (pp. 667-709). Porto: Edições Afrontamento.

Paredes-Carvajal, J. (2017). *São Paulo: Entrevista com a feminista comunitária Julieta Paredes*. Retrieved from <https://midia independente.org/?q=node/406>

Quijano, A. (2000). Coloniality of power, eurocentrism and Latin America. *Neplanta: Views from South*, 1(3), 533-580.

Rose, G. (1997). Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. *Progress in Human Geography*, 21(3), 305-320.

- Rossini, R.E. (1998). 'As geografias da modernidade. Geografia e gênero: mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto – SP. *Revista do Departamento de Geografia*, 12, 7-26.
- Segato, R.L. (2014). El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonialidad. *Estudos Feministas*, 22(2), 593-616.
- Silva, A.F. (1984). A Zona Canavieira da Cotinguiba e o trabalho da mulher. *Geonordeste*, (1)2, 52-57.
- Silva, J.M. (2009). Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In J.M. Silva (Ed.). *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades* (pp. 25-54). Ponta Grossa: Todapalavra.
- Silva, J.M., César, T.R.A.O. & Pinto, V.A.M. (2015). Gênero e geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. *Revista da ANPEGE*, 11(15), 185-200.
- Silva, J.M. & Ornat, M.J. (2019). Feminist geographies: fight and achievement of a place in the Brazilian scientific production, *Gender, Place & Culture*, 26(7-9), 956-963.
- Silva, J.M., Ornat, M.J. & Chimin Junior, A.B. (2017). Geografias feministas e pensamento decolonial: a potência de um diálogo. In J.M.Silva, M.J. Ornat & A.B. Chimin Junior (Eds.), *Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades* (pp. 11-30). Ponta Grossa: Todapalavra.
- Silva, J.M. & Vieira, P.J. (2014). Geographies of sexualities in Brazil: between national invisibility and subordinate inclusion in postcolonial networks of knowledge production'. *Geography Compass*, 8(10), 767–777.
- Veleda da Silva, S. (1998). Geografia e gênero/ geografia feminista – o que é isto?'. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 23, 105-110.
- Veleda da Silva, S. (2016). Geografías feministas brasileñas. In M.V. Ibarra García & I. Escamilla-Herrera (Eds.), *Geografías feministas de diversas latitudes: orígenes, desarrollo y temáticas contemporáneas* (pp. 571-94). México: UNAM.
- Veleda da Silva, S. & Lan, D. (2007). Geography and gender studies: the situation in Brazil and Argentina. *Belgeo*, 3, 371-392.
- Walsh, C. (2015). Notas pedagógicas desde las grietas decoloniales. *Clivajes*. Revista de Ciencias Sociales, 2(4), 1-11.
- Zaragocin-Carvajal, S., Moreano-Venegas, M. & Álvarez-Velasco, S. (2018). Hacia una reapropiación de la geografía crítica en América Latina. Presentación del dossier. *Íconos*, 61, 11-32.